



ACÓRDÃO Nº2162/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº10905/2015.

Apenso: Processo nº 10462/2022, 11247/2014 e 13059/2016.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Parintins.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Rildo da Silva Maia (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Luciene Helena da Silva Dias - OAB/AM 4697.

7- Unidade Técnica: DICETI/DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 4647/2023-DIMP, Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Parintins do Exercício de 2014.

Reconhecimento da prescrição. Irregularidade. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Reconhecer a prescrição Punitiva/Ressarcitória, ao **Sr. Rildo da Silva Maia** responsável época da Camara Municipal de Parintins, nos termos do projeto de Lei Complementar deste TCE/AM, da Nota Recomendatória Conjunta nº 002/2023 da Atricon, da Resolução nº 344/2022 – TCU e da Emenda Constitucional nº 132;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Rildo da Silva Maia**, responsável pela Câmara Municipal de Parintins, no curso do exercício 2014, nos termos do artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;

10.3. Determinar á Secretaria do Tribunal Pleno:

10.3.1. Notifique o interessado, e seu patrono se houver, com cópia das peças Técnicas, quais sejam: Relatório Conclusivo da Dicami, Laudo Conclusivo Dicrea e Parecer Ministerial, Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório;

10.3.2. Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos



ACÓRDÃO Nº2162/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM,
adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE/AM.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 17 de Outubro de 2023.

13- Especificação do quorum: Conselheiros:Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello e Auditor Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra.Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora-Geral